

Intelectualidade, política e produção do conhecimento: desafios ao Serviço Social

Intellectuality, politics and production of knowlegde:
challenges to Social Work

*Ivete Simionatto**

À memória de Carlos Nelson Coutinho — exemplo de intelectual crítico e combativo.

“Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e, sobretudo, difundir verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer, e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral”.

A. Gramsci



Resumo: Este texto foi originalmente apresentado na conferência proferida no XX Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, na mesa intitulada “Intelectualidade e Política: desafios às Ciências Sociais e ao Serviço Social”, realizada em Córdoba, Argentina, em 2012. Tem como escopo refletir sobre o papel dos intelectuais na contemporaneidade, sua relação com a sociedade, com a política e com a produção de conhecimentos. Além de abordar as formas de inserção dos intelectuais na vida pública e a importância da batalha das ideias na disputa do poder, ressalta o conhecimento produzido pelo Serviço Social, o engajamento político de seus intelectuais e aponta alguns desafios postos à profissão na realidade contemporânea.

Palavras-chave: Intelectuais. Política. Serviço Social.

* Doutora em Serviço Social; professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) nos cursos de graduação e pós-graduação, em Florianópolis/SC, Brasil. *E-mail:* ivete.simionatto@pq.cnpq.br.

Abstract: This article was first presented at the XX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, in the panel called Intellectuality and Politics: Challenges to Social Science and Social Work. The seminar was in Córdoba, Argentina, in 2012. Its aim is to think about the role intellectuals have in the contemporary times, their relationship with society, politics and the production of knowledge. Besides approaching the ways intellectuals place themselves in the public life and the importance of the battle of ideas in the dispute for power, the article emphasizes the knowledge produced by Social Work, the intellectuals' political attachment, and it presents some challenges the professionals have to face in the contemporary reality.

Keywords: Intellectuals. Politics. Social Work.

1. Intelectuais e vida pública: a batalha das ideias na disputa do poder

A participação dos intelectuais na vida pública não é um fato recente, podendo ser verificada em diferentes períodos da história mundial. Desde a Grécia antiga, Tales de Mileto, Parmênides de Eleia e Heráclito de Éfeso atuaram como legisladores em suas cidades. Platão, a despeito de suas malogradas incursões a Siracusa, refletiu, em seus diálogos políticos, sobre a tirania do poder e os elementos necessários à formação do “bom governo”. Da Idade Média, passando pelo Iluminismo, os intelectuais foram portadores de ideologias, tanto para legitimar quanto denunciar as relações sociais vigentes. Pode-se dizer que Maquiavel, em sua clássica obra *O príncipe*, instaura a figura do intelectual moderno e sua função no espaço público. Para Gramsci, Maquiavel não é apenas um teórico da ciência política ou da especulação filosófica, mas um produtor de teoria política que toma partido, que não oculta a sua concepção de mundo na busca de formação de novos Estados. A efervescência das ideias do Iluminismo e a constituição da razão moderna abriram espaços a posições críticas de vários intelectuais, a exemplo de Rousseau, na afirmação dos valores da justiça e da igualdade, contra o discurso dos intelectuais conservadores e da arbitrariedade existente.

No século XIX, as grandes propostas da modernidade encontram em Comte e Marx as expressões intelectuais e políticas associadas ao crescimento das forças produtivas e ao avanço incontestado da ciência. Do ponto de vista político, Comte toma partido dos setores conservadores da burguesia, que ascendera ao poder, enquanto Marx dirige seu trabalho intelectual e sua prática política a serviço da classe trabalhadora. Em sua larga produção, Marx e Engels teceram críticas aos intelectuais vinculados aos poderes governantes e às funções assumidas na legitimação da ordem existente (Kellner, 2004). Na França, desde 1898, em decorrência

do caso “Dreyfus”, o artigo “J’accuse!”, de Émile Zola, e o notório Manifeste des Intelectuals, o termo intelectual imbuu-se de uma noção crítica, passando a ser utilizado para designar as posições da esquerda, que conjecturava contra a estabilidade da ordem.

No século XX, dentre inúmeros pensadores de grande expressão, encontramos em Max Weber a construção clássica do intelectual moderno e seu “desencantamento do mundo”; em Julien Benda, a afirmação do intelectual comprometido com a justiça, a verdade e a razão; e em Antonio Gramsci, a profícua produção sobre os intelectuais, sua função política e sua interferência na esfera pública. Para Gramsci, o intelectual na modernidade não é representado somente por escritores, filósofos, artistas, detentores de ampla bagagem cultural, mas também por técnicos e outros sujeitos mediadores do consenso e das formas de consciência, através das funções desempenhadas no quadro geral das relações sociais. Na sociedade capitalista, contudo, os intelectuais não formam um grupo independente das classes sociais; constituem-se, antes, como “criadores” das classes sociais fundamentais, elaboradas em seu processo de desenvolvimento para conferir homogeneidade e concretude a determinado projeto de sociedade. O intelectual orgânico pode ser visto como um organizador da produção de um novo modo cultural, pois “todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais” para lhe garantir “homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (Gramsci, 2000, p. 15-16).

Na sociedade capitalista, a hegemonia burguesa é sustentada pelo trabalho dos intelectuais a serviço do poder. Não apenas as ideias de Comte e Spencer orientaram os intelectuais ao espectro da “ordem e progresso”. Thatcher e Reagan não abdicaram de pensadores *a la* Hayek para sustentar seu projeto de governo, e a Terceira Via de Clinton e Blair apoiou-se em figuras como Anthony Giddens, cujas produções tornaram-se a bússola para vários países, especialmente a América Latina, interferindo diretamente nos planos econômico e político. Alicerçadas no liberalismo, as formulações teóricas da Terceira Via negam a história como processo de luta de classes, justificando ser o modo de produção capitalista o mais apropriado para a humanidade. Os intelectuais orgânicos a serviço das elites dominantes disseminam ideias e instrumentos de controle e subjugação simbólicos capazes de ampliar o conformismo e a resignação das “massas despossuídas”. O pressuposto de que “a nova ordem mundial não é nada menos do que o fim da história” e de que “há pouca disposição para lidar com essa ordem através de demandas pessoais ou

mesmo coletivas” (Said, 2004, p. 44) desencadeou o que “Chomsky denomina “síndrome paralisante” que se traduz na descrença de formulação coletiva de estratégias de resistência e de superação da ordem capitalista. Nesta mesma trilha afirma Atilio Borón (2004, p. 97): “um dos traços mais categóricos da vitória do neoliberalismo tem sido a sua capacidade de influenciar, decisivamente, a agenda teórica e prática das forças sociais, das organizações de massa e dos intelectuais que se opõem à sua hegemonia”. Essa ideologia encontra suporte em várias camadas intelectuais que exercem grande persuasão entre os jovens, seja na mídia ou na academia e, sob a ideologia da formação de “recursos humanos”, tomada “na perspectiva da libertação ilusória do potencial humano”, em nível individual, reduz a inteligência a pura função do mercado (Ferroni, 2007) e aos interesses do capital.

Contudo, se no capitalismo os intelectuais são majoritariamente vinculados à classe burguesa tanto na aparelhagem estatal quanto na sociedade civil, Gramsci destaca igualmente os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora que atuam na construção da contra-hegemonia dos subalternos. Por isso, a despeito desse pensamento que se diz vencedor e do pessimismo de Russel Jacoby em sua análise sobre *Os últimos intelectuais*, poderíamos fazer uma longa listagem de pensadores cujas trajetórias acadêmicas e políticas estiveram a serviço de outro projeto societário. Vale lembrar a figura de Sartre, exemplo de filósofo público e engajado, para quem a tarefa incessante do intelectual é falar, denunciar, criticar, expor todas as formas de injustiça onde quer que ela se manifeste.

Pode-se dizer que vivemos hoje um alargamento das funções dos intelectuais, uma metamorfose na sua “morfologia”, especialmente a partir do século XX, quando em vários contextos reduziram-se os processos de censura e ampliaram-se os meios de comunicação. Os intelectuais assumiram cada vez mais “falar a verdade para o poder”, ampliando sua identidade pública, a exemplo do *Manifesto dos economistas aterrados*, publicado na França em 2010, que propagou, por meio de um pequeno opúsculo assinado por 630 intelectuais, as dez falsas evidências cientificamente infundadas para justificar a crise econômica europeia.

A relação dos intelectuais com a esfera pública também se ampliou enormemente com o avanço dos meios de comunicação e da mídia eletrônica. As publicações *on-line* atingem de forma inaudita diferentes públicos e qualquer indivíduo que tenha acesso à internet dispõe de um mundo de produções tanto libertárias quanto conservadoras. Através desses meios, o conhecimento transcende fronteiras, pois uma fala feita no Brasil ou na Argentina imediatamente pode repercutir do outro lado do mundo por meio das redes sociais ou dos inúmeros *sites* e *blogs* em tempo real, ampliando as possibilidades de denúncia do intelectual crítico e engajado. A utiliza-

ção dessas novas ferramentas certamente não substitui o poder de mobilização e articulação coletivas inerentes ao espaço público, mas são fundamentais ao processo de democratização da informação e potencialização da participação política.

No entanto, ao mesmo tempo em que democratiza a informação *on-line*, a disseminação da *internet* termina por romper com o próprio encadeamento temporal, bombardeando-nos com uma gama infinita de novas imagens, notícias, textos, pesquisas e descobertas, muitas vezes sem que saibamos como utilizá-las. Manuseadas pela razão instrumental, ou seja, seu custo/benefício, “produzem, quando muito, perícia e habilidade”, e as operações intelectuais são completamente destituídas de “razão crítica”. Mas a informação em si não é conhecimento e “não garante nenhum ganho seguro em termos de compreensão crítica do mundo” (Nogueira, 2004, p. 198). Este é também um desafio frente às novas tecnologias e as formas de sua utilização. No Brasil, por exemplo, os cursos a distância têm sido a grande preocupação na formação quantitativa de profissionais, com baixa qualidade e uma direção intelectual e política tecnicista e pragmática, precarizando o ensino e a formação profissional, incentivando o empresariamento da educação e evidenciando a sua face unicamente mercantil.

Esse avanço do conhecimento e do espaço público tem levado, também, ao crescimento das especializações, representando uma “espécie de radicalização do desencantamento do mundo” (Oliveira, 2004, p. 57), em que tudo necessita ser “transparente à razão”, incluindo até os fenômenos naturais, os cosmológicos ou os ligados à descoberta da essência do homem e da humanidade. Esse processo, que atravessou os últimos séculos, chega ao século XXI num contexto em que as novas especializações, tomadas de forma cartesiana, passam a criar universos cada vez mais restritos de totalização, terminando por cercear o espaço da liberdade e da investigação, sendo esta última privilégio daqueles que detêm o maior número de códigos dos novos saberes. Esse conhecimento especializado molda a própria reprodução da sociedade, transformando-se em mercadoria. Na aventura do conhecimento, o capital dele se apossa como indústria cultural, reduzindo-o a mera informação, confundindo as diferenças “entre intelectuais, conhecimento e espaço público” (Oliveira, 2004, p. 58). Os avanços na produção do conhecimento, portanto, não significam necessariamente novas liberdades, ocorrendo sempre “uma tensão dialética entre liberdade e dominação” (Oliveira, 2004, p. 56).

Sobre esse aspecto são profícuas as lições de Gramsci, ao refletir de que a construção de um novo projeto de sociedade não implica apenas a tomada do poder, mas, acima de tudo, a instauração de um novo modo de pensar, que se trava também na batalha das ideias. Para o pensador italiano, a construção de uma nova hegemo-

nia abarca transformações não somente nas esferas político-econômica, mas também nos campos cultural, intelectual e moral. E aqui se destaca o papel dos intelectuais na formação de uma consciência coletiva, pois, como educadores e “persuasores” permanentes, contribuem para forjar a emergência de uma nova cultura política. No campo do marxismo, Gramsci aprofundou o papel político do intelectual em sua vinculação orgânica com o povo, com as necessidades das massas e do homem “simples”. Este nexos entre “filosofia ‘superior’ e senso comum” é assegurado pela “política” (Gramsci, 1999, p. 101) e ocorre “através da mediação de uma grande rede de pequenos e médios intelectuais [...] e a relação que estabelecem entre esta produção e o senso comum dos ‘simples’” (Coutinho, 2006, p. 115). Gramsci nos oferece, assim, um grande aporte na recuperação da função histórica dos intelectuais e de sua organicidade junto às classes subalternas, necessária à construção da vontade coletiva nacional-popular.

O intelectual não pode silenciar diante da lógica perversa, nem eximir-se de sentir e explicar “as paixões mais elementares do povo”, não sendo sua bagagem cultural razão para destacar-se do povo-nação. Graciliano Ramos (2002, p. 94) traduz bem esse distanciamento da realidade, observando haver um tipo de literatura “que só se ocupa de coisas agradáveis, não se molha em dias de inverno e por isso ignora que há pessoas que não podem comprar capas de borracha, [...] acha que tudo está direito, que o Brasil é um mundo e que somos felizes”.

Grande parte dos intelectuais encontra-se hoje afastada das lutas populares, mas o fato de vivermos num tempo desfavorável à luta de classes não deveria conduzir-nos à capitulação perante o discurso do pensamento que se diz vencedor. Assim como a derrota do Partido Comunista frente ao fascismo não levou Gramsci a desistir de suas ideias e princípios, expostos em seus *Cadernos do cárcere*, o intelectual, “deve se empenhar na organização da sociedade e lutar pela hegemonia política e ideológica da classe ou do bloco de classes com os quais se identifica” (Coutinho, 2006, p. 114). A mediação do intelectual com a realidade social, no entanto, tem sido bastante nebulosa em conjunturas difíceis como a atualidade: “A tendência é o seu refluxo para o espaço acadêmico, despreocupando-se com a intervenção social” (Coutinho, 2006, p. 115).

2. O intelectual, a produção de conhecimentos e o espaço acadêmico

Falar do intelectual e de sua posição no espaço acadêmico requer situar a estreita relação entre política econômica e política educacional, especialmente nos

países de capitalismo periférico, que sofrem a interferência das agências internacionais em relação ao desenvolvimento científico e tecnológico. Desde os anos 1990, fundamentalmente, o Banco Mundial (BM) e seus intelectuais vêm ocupando espaço privilegiado no panorama educativo, por articular propostas entre setor econômico e educacional, além de financiar programas nessa área em nível mundial, em especial nos países da América Latina. As orientações contidas no documento *La enseñanza superior — Las lecciones derivadas de la experiencia* (BM, 1995) foram efetivamente adotadas em muitos países e vêm sendo aprofundadas nos anos 2000 com a Declaração de Bolonha, levando a educação superior, sobretudo a universidade, a assumir uma postura segundo as demandas do desenvolvimento econômico capitalista e as necessidades do mercado. Buscar maior privatização, diversificar as fontes de recursos, diminuir o envolvimento do poder público, são premissas para conciliar o Estado com as virtudes do mercado, direcionando os investimentos na educação básica às camadas de classe mais pobres. Esse atrelamento entre educação e desenvolvimento é manifesto, assim, como a subordinação da política social à política econômica, tornando a educação em política “funcional à acumulação do capital e a manutenção do *status* vigente” (Behring e Boschetti, 2007, p. 195).

Cresce, assim, a “valorização capitalista” das atividades intelectuais e da criatividade, com o objetivo de integrá-las ao projeto da ordem atual, formando o perfil do “intelectual profissional universitário”. Em diferentes partes do mundo segue-se a mesma perspectiva da formação acadêmica não mais pautada na universalidade e na função crítica da universidade, mas na padronização dos cursos, dos diplomas e dos conteúdos. Consequentemente, isso fragiliza a iniciação dos estudantes no processo de investigação e na aquisição de ferramentas necessárias a sua autonomia e produção intelectual críticas (Mattelart, 2004).

As ciências humanas e sociais têm sido cada vez mais solicitadas como campos de especialistas em áreas que envolvem a melhoria, a eficiência e a eficácia das empresas, sua produtividade e competitividade no mercado global. Aqui a questão a ser observada é a preocupação da universidade com a profissionalização, normalmente realizada a partir da racionalidade empresarial, em aliança entre a universidade pública e as empresas privadas. As lógicas empresariais interferem na liberdade das escolhas dos objetos de investigação, e a produção científica, especialmente no campo das ciências exatas e biológicas, tende cada vez mais a atender as requisições do mercado e de grandes grupos privados. Um fenômeno que se intensifica nesse campo é a participação dos intelectuais junto a ONGs internacionais, alvos de muitos pesquisadores, dado o amplo financiamento que recebem

de agências de fomento, funcionando muitas vezes como anexo às grandes empresas e multinacionais. Nessa direção é inevitável a contradição entre o “espírito de pesquisa livre e independente necessário para o progresso intelectual e social e a dependência material do intelectual controlado pelos poderes dominantes” (Kellner, 2004, p. 295). Em tempos de subordinação da educação à acumulação do capital, a “universidade de resultados e serviços” tem sido a tônica em boa parte dos países, tanto centrais quanto periféricos. Integrar-se ao capitalismo e produzir em função de suas demandas provoca um retorno ao empirismo, com enfoques que “descontextualizam a investigação, atomizando-a e retirando-a de seu contexto social” (Mattelart, 2004, p. 264). Nas palavras de Florestan Fernandes (2009, p. 136):

Em vez de dedicarem atenção à crítica de todo o processo e de se prepararem para lidar com novos conteúdos e direções, transformam-se numa fronteira histórica invisível dos próprios países hegemônicos, operando dentro das instituições em que trabalham com seus porta-vozes e delegados. Assim, o suporte institucional do desenvolvimento da ciência e da tecnologia científica é solapado e não chega a funcionar como um mecanismo de conquista gradual (ou brusca) de autonomização relativa.

Contudo, é preciso distinguir, entre a opção pela investigação tecnicista e a crise que atravessa o mundo do trabalho, onde muitas vezes as escolhas desaparecem do horizonte do pesquisador e a sobrevivência se impõe como necessidade. Nesta época de intensa especialização e profissionalização, ou da “departamentação do espírito”, na expressão de Adorno, os intelectuais são submetidos às rotinas e ao pragmatismo institucionais, obstaculizando a manifestação do espírito inventivo, da rebeldia e da criatividade. No campo acadêmico, as investigações e os critérios para julgamento de projetos passam a ser medidos pelas agências de fomento “com o metro da produtividade”, o mesmo “que mede a produção de uma mercadoria” (Oliveira, 2001, p. 128). Se acaso não indicarmos qual o público-alvo de nossas investigações, os recursos não são aprovados. Além disso, a perspectiva determinista e a instrumentalização carreirista têm alcançado o campo da produção intelectual desinteressada, no sentido gramsciano. “A carreira universitária é indispensável, mas o carreirismo é abominável e não pode ser encorajado” (Santos, 2004, p. 170), pois obstaculiza o pensamento crítico, submetendo-o a regras burocráticas que, apressada e freneticamente, nos impõem um ritmo contrário ao processo de criação e de crítica.

Tal cenário tem fortalecido a tendência dos intelectuais de refluírem para o espaço acadêmico, desvinculando-se da realidade e renunciando ao desempenho de um papel social mais direto na busca pela transformação do real, na organização

da sociedade e na participação da luta por uma nova hegemonia, ao lado das camadas de classe com as quais se identifica (Coutinho, 2006). Confinados nas universidades e nos gabinetes governamentais, na condição de funcionários das superestruturas, terminam por perder seu elo com a realidade, conforme a contundente crítica de Russel Jacoby (1990). Nesse contexto, as grandes narrativas inauguradas com a modernidade e seus métodos de interpretação e conhecimento do mundo são substituídos, pelas teorias pós-modernas, por “uma combinação de irracionalismo e miséria da razão” que fundamentam a decadência ideológica presente na base do neoliberalismo, ambos voltados “para a despolitização geral da sociedade e, conseqüentemente, da cultura” (Coutinho, 2006).

Para Milton Santos, acreditar no futuro é exercitar na universidade o papel da crítica, vinculada a uma visão abrangente que inclui o mundo, o país, o lugar, o cotidiano. Ser intelectual hoje é tomar partido, é não ser indiferente, é aceitar as críticas, não ficar preso às palavras de ordem, aos *slogans* instrumentalizados do saber e entaves à emergência do novo. “Ser intelectual é exercer diariamente a rebeldia contra conceitos assentados, tornados respeitáveis, mas falsos. É também aceitar o papel de criador e propagador do desassossego [...] de produtor do escândalo, se necessário” (Santos, 2004, p. 169). A função do intelectual “é despertar consciências”, impedir que os homens se alienem e se resignem ao discurso triunfante das elites, sendo seu dever “denunciar a injustiça onde quer que ela se encontre” (Sartre, apud Kellner, 2004, p. 285). Nas palavras de Edward Said (2004, p. 40), o verdadeiro papel do intelectual é “tornar público e elucidar de maneira dialética e oposicionista o conflito [...] desafiar e derrotar tanto um silêncio imposto quanto a quietude e normalidade do poder invisível onde quer e sempre que possível”.

A América Latina ainda hoje é um continente permeado de injustiças e “iniquidades intoleráveis”. A complexidade da situação estrutural e conjuntural de nossa realidade e as condições históricas de dependência dos sistemas econômico e político mundiais constituem um processo secular cujas marcas se traduzem no aprofundamento da pobreza e da exploração de muitos, e na acumulação da riqueza de poucos (Fernandes, 2009). Mesmo com os avanços dos governos democrático-populares nesse início de século, a recuperação da democracia não tem impedido a persistência de um enorme déficit de cidadania social e civil, manifesto na concentração de renda, no crescimento da pobreza e na dificuldade de acesso a bens e serviços de dever do Estado, quando estes existem. Somam-se a isso os sistemas de proteção social ainda precários e a frágil participação popular, assiduamente ameaçada por situações golpistas, a exemplo do Paraguai, configurando inúmeros

desafios à região para a organização de um processo coletivo voltado para a alteração das relações entre Estado e sociedade e do modelo econômico vigente.

Segundo a Cepal (2012), nada de animador desponta no cenário futuro da América Latina. A previsão para 2015 é de uma população próxima dos 640 milhões de pessoas, com implicações diretas sobre a fome, a pobreza, o meio ambiente, o acesso ao trabalho, enfim, desigualdades de toda a ordem que não podem ser supridas senão com substanciais mudanças estruturais. Segundo estimativas do Banco Mundial, os índices de pobreza na região vêm recuando de forma lenta e assim permanecerão até 2015.

Altos níveis de desigualdade tendem a destruir a noção mesma de cidadania, e a pobreza transforma boa parte da população em alvo de práticas clientelistas e de cooptação. O Estado não somente limita-se a gestionar as necessidades básicas insatisfeitas, mas ainda tende a desenvolver uma dinâmica “ressocializadora”, através de inúmeros programas sociais compensatórios de combate à pobreza. Tais programas, assumidos por boa parte dos governos latino-americanos, têm amortecido os conflitos sociais e, conseqüentemente, provocado fraca oposição popular e apatia nas camadas de classe subalternizadas, contribuindo para o arrefecimento das formas de protesto e de luta e o fortalecimento da hegemonia da “pequena política”. Assis-timos, assim, ao “apassivamento das lutas sociais, encapsuladas em reivindicações de cunho imediato (corporativas) e circunscritas a níveis de consciência elementares” (Fontes, 2008, p. 33). Num momento histórico em que “os abismos globais da miséria e da riqueza estão crescendo de maneira simultânea” (Therborn, 2012, p. 94), intensificam-se igualmente os desafios aos intelectuais na produção de conhecimentos e na análise crítica da ordem vigente, na construção de instrumentos de transformação e na afirmação de seu “compromisso com a verdade”.

3. Serviço Social, produção de conhecimentos e engajamento político

Desafiadora é também esta realidade para o Serviço Social e as ciências sociais. As transformações societárias das últimas décadas e as crises do capitalismo não bastam para tornar a realidade latino-americana imune ao vaivém internacional do sistema capitalista e sua necessidade de manutenção de superlucros, que repercute diretamente nas esferas econômica e política, bem como nas formas de atuação do Estado frente às necessidades de reprodução da classe trabalhadora. Nesse cenário, as universidades desempenham um papel de relevância na compreensão das transformações sociais e nas formas de atuar sobre elas.

Penso aqui em três desafios. O primeiro em relação ao ensino de qualidade, sendo aquele que transforma o conhecimento em capacidade de atuação. Como afirma Vasquez (1977, p. 206), “a teoria em si não transforma o mundo. Pode contribuir para a sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e em primeiro lugar tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação”. Por isso a necessidade de se investir numa formação universitária com qualificação teórico-política que permita a compreensão dos problemas e confrontos presentes no universo profissional, sempre remetidos à totalidade da vida social. O ensino que defendo é aquele pautado na razão crítica, única capaz de possibilitar um “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social” (Abepss, 1996, p. 7).

O segundo desafio diz respeito à investigação que, indiscutivelmente, constitui a base de legitimação da excelência universitária. No entanto, a pesquisa de qualidade também requer um ensino de qualidade que favoreça o desenvolvimento do espírito crítico, uma formação não voltada apenas para a dimensão técnica da profissão, mas também para a capacidade de analisar as condições histórico-sociais em que se desenvolve o exercício profissional. Ao lado do ensino e da pesquisa, destaca-se a extensão, enquanto compromisso de devolver à sociedade o saber que a universidade constrói.

Em relação ao Serviço Social, no campo da investigação, é fato concreto o crescimento da produção em toda a América Latina nas últimas décadas, em vários eixos temáticos, ampliando enormemente a interlocução com as ciências sociais. Em particular, o reconhecimento do Serviço Social brasileiro como área de conhecimento pelas agências de fomento no país, vincula-se ao desenvolvimento da pesquisa, da ampliação e da consolidação dos programas de pós-graduação e das bibliografias geradas nesse contexto, amplamente referenciadas nas produções das ciências humanas e sociais.

A bibliografia produzida tem se debruçado sobre temas que abarcam os processos de globalização e mundialização do capital, as mudanças no mundo do trabalho e suas consequências para a classe trabalhadora, tanto do ponto de vista objetivo, com a flexibilização e a precarização do trabalho, o crescimento do desemprego, o aumento do exército industrial de reserva, bem como do ponto de vista subjetivo, mediante a cooptação da classe trabalhadora por meio de um intenso processo de transformismo (Iasi, 2012, p. 286), especialmente em seus institutos de representação coletiva. No âmbito das relações Estado e sociedade, as produções captam e debatem as “contrarreformas” e sua incidência no campo dos direitos sociais e das conquistas históricas das lutas dos trabalhadores. Temas como políti-

cas sociais e suas interfaces com os direitos, a cidadania, a democracia, a sociedade civil, os movimentos sociais, a participação popular, aparecem em produções e pesquisas mediante análises críticas, desvendam a dinâmica do capitalismo contemporâneo e, ao mesmo tempo, oferecem subsídios à investigação de um vasto campo de expressões da questão social, tais como pobreza, violência, fome, desemprego, relações de gênero, carências materiais e existenciais, vinculadas às complexas determinações sociais das novas condições históricas. São produções que demonstram a agudeza e a disposição críticas, no fio da tradição marxista, em relação ao racionalismo instrumental e à fragmentação do social defendidos pelas teorias pós-modernas.

Nesse sentido, são fundamentais as palavras de Yamamoto (2007, p. 452):

A investigação, quando compromissada em libertar a verdade de seu confinamento ideológico, é certamente um espaço de resistência e de luta. Trata-se de uma atividade fundamental para subsidiar a construção de alternativas críticas ao enfrentamento da questão social que fuja à mistificação neoliberal; para subsidiar a formulação de políticas sociais alternativas [...], a atuação dos movimentos das classes sociais subalternas, assim como a consolidação de propostas profissionais que fortaleçam a ruptura com o conservadorismo e afirme o compromisso com o trabalho, os direitos e a democracia.

O terceiro desafio refere-se à atuação política dos intelectuais e seu compromisso com a vida pública. Os projetos profissionais, construídos pela categoria ao envolverem valores e práticas, possuem, inegavelmente, uma dimensão política, quer em relação às particularidades profissionais, quer no tocante aos projetos societários. Abarcam posições teóricas e ideológicas distintas, podendo tanto afirmar propostas alternativas ou quanto fortalecer a hegemonia dominante. Entendemos que os projetos profissionais são indissociáveis dos projetos societários e, portanto, atravessados pelas determinações econômicas, políticas e culturais mais amplas, que interferem e alteram os espaços ocupacionais. Não há, portanto, um estranhamento da teoria em relação às lutas sociais e às ações da práxis do intelectual na produção de “novas consciências”. É inegável que o Serviço Social brasileiro, assim como ocorre em outros países da América Latina, tem buscado subsidiar com suas produções teóricas a batalha das ideias na elaboração de uma nova visão de mundo na disputa da hegemonia. O protagonismo da massa crítica profissional espalha-se junto aos movimentos sociais e às diferentes formas de organização popular, fortalecendo uma prática profissional comprometida com a emancipação política e humana. Nesse horizonte, apontamos

alguns desafios ao Serviço Social na produção de conhecimentos e no engajamento político dos profissionais:

- como intelectuais, defender uma universidade plural, democrática, pública e de qualidade, atravessada pela razão crítica, pelo compromisso com valores universais e com sua função pública, a serviço da coletividade, participando da construção de respostas aos dilemas regionais e nacionais (Iamamoto, 2006);
- ampliar as investigações sobre os movimentos sociais e os processos de organização popular, identificando as forças sociais em presença na construção de alternativas para a América Latina;
- consolidar os grupos de investigação e avançar na construção de pesquisas interdisciplinares e interinstitucionais, no sentido de possibilitar um aprofundamento sobre temas de relevância para a área, integrando graduação e pós-graduação e disponibilizando o conhecimento produzido para a sociedade. A socialização do conhecimento configura-se, portanto, em tarefa e compromisso dos intelectuais, que ao “difundir criticamente verdades já descobertas”, possibilitam “transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral” (Gramsci, 1999, p. 95-96). Por isso, além da preocupação com o conhecimento produzido e sua difusão, “devemos dedicar igual interesse às possibilidades de sua aplicação prática e do seu emprego em fins políticos [...] sendo imperioso que se converta em fonte de transformação da sociedade” (Fernandes, 2009, p. 129).

Podemos asseverar, sem dúvida, que nas três últimas décadas o Serviço Social qualificou-se, passou a produzir conhecimentos, superando sua condição subalterna às ciências sociais, engendrando a formação de uma ampla massa crítica, de quadros intelectuais que na batalha das ideias, na produção e no engajamento político, tem enfrentado a cultura dominante, contribuindo com avanços significativos na formação de uma cultura e um posicionamento críticos, cada vez mais ameaçados nesses tempos abertos ao retorno do conservadorismo. Vale lembrar que as armas da crítica aliadas ao engajamento dos intelectuais em ações concretas continuarão, certamente, como escreve Michel Löwy (2012, s/p), “a atrapalhar o sono dos poderosos — e a inspirar a revolta dos subalternos”.

Recebido em 16/4/2013 ■ Aprovado em 25/11/2013

Referências bibliográficas

ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Recife, 1996.

BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*. Washington, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BORÓN A. Poder, “contrapoder” e “antipoder”: notas sobre um extravio teórico-político no pensamento crítico contemporâneo. In: MORAES, D. (Org.). *Combates e utopias*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

CEPAL. *Panorama social da América Latina*, 2012. Disponível em: <www.cepal.org>. Acesso em: 11 set. 2012.

COUTINHO, C. N. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4. ed. São Paulo: Global Editora, 2009.

FERRONI, G. *Gramsci e os modelos intelectuais no século XX*. Revista eletrônica Gramsci e o Brasil. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/>. Acesso em: 10 set. 2012.

FONTES, V. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. *Em Pauta*, revista da Faculdade de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 21, p. 23-36, jul. 2008.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

_____. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.

IASI, M. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, E. et al. (Orgs.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, 2012.

JACOBY, R. *Os últimos intelectuais*. São Paulo: Edusp, 1990.

KELNNER, D. Intelectuais e novas tecnologias. In: MORAES, D. (Org.). *Combates e utopias*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LÖWY, M. *As armas da crítica*: antologia do pensamento de esquerda. São Paulo: Boitempo, 2012.

MATTELART, A. Intelectuais, comunicação e cultura: entre a gerência global e a recuperação da crítica. In: MORAES, D. (Org.). *Combates e utopias*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MORAES, R. C. C. A universidade e seu espaço. In: LOUREIRO, I.; DEL-MASSO, M. C. (Orgs.). *Tempos de greve na universidade pública*. Marília: Ed. da Unesp, 2001.

NOGUEIRA, M. A. *Um Estado para a sociedade civil*. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, F. Intelectuais, conhecimento e espaço público. In: MORAES, D. (Org.). *Combates e utopias*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

OLIVEIRA, F. Intelectuais, conhecimento e espaço público. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 125-32, set./dez. 2001.

RAMOS, G. *Linhas tortas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SAID, E. O papel público de escritores e intelectuais. In: MORAES, D. (Org.). *Combates e utopias*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, M. O intelectual, a universidade estagnada e o dever da crítica: intelectuais e novas tecnologias. In: MORAES, D. (Org.). *Combates e utopias*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SARTRE, J. P. apud KELLNER, D. In: MORAES, D. (Org.). *Combates e utopias*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SIMIONATO, I. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. *Temporalis*, Recife, n. 9, 2005.

THERBORN, G. *Do marxismo ao pós-marxismo?* São Paulo: Boitempo, 2012.

VASQUEZ, A. S. *A filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.